

TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA: COMPLEXIDADES SÓCIO-ESPACIAL DO MORADOR DE RUA EM PORTO ALEGRE, RS, BRASILⁱ

Jodival Maurício da Costa

Jodi_ufrgs@yahoo.com.br

Eliane Melara

geocalcitapiti@hotmail.com.br

Patrícia Dorneles

patdorneles@hotmail.com.br

Álvaro Luiz Heidrich

Álvaro.heidrich@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Artigo autorizado para publicação na revista periódica Hologramática

RESUMO

A discussão presente neste trabalho procura analisar a questão de territorialidades de exclusão e inclusão social, estabelecendo-se a relação entre indivíduos em estado extremo de exclusão e o processo de apropriação do espaço urbano. Nesse sentido, o objeto de estudo são os moradores de rua da cidade de Porto Alegre, onde se procura compreender a intensidade da territorialidade por eles exercida no território e como a Geografia pode contribuir para o estudo da temática proposta. Uma importante constatação é que os vínculos que ligam o indivíduo ao espaço, e que se tornam condição de estabelecimento de uma relação no território são extremamente frágeis na vida dos moradores de rua, caracterizando uma territorialidade exercida de forma debilitada e instável.

Palavras-chave:

Território, territorialidade, espaço, exclusão e inclusão social, morador de rua.

ABSTRACT

Territory and life quality: complexities of the social-spatial exclusion of the homeless in Porto Alegre, RS, Brasil.

This study presents a discussion focused on the territoriality of social inclusion and exclusion, tracing the relationship between individuals in the state of extreme poverty and excluding line and, the process of building in city areas. The object of our study is to understand the intensity of the territoriality done by the people who live in the streets of Porto Alegre and, how the geography can help on the study of this matter. An important aspect that was observed is that the bonds between individuals and space has become a condition for the establishment of the relationships inside the territory, These relationships are extremely fragile in the life of the homeless, showing a very weak and unstable kind of territoriality.

Keywords:

Territory, territoriality, space, social inclusion and exclusion, the homeless

1. INTRODUÇÃO

A ocupação de espaço não deixa de ser um fato elementar. Matéria e corpo ocupam espaço, em termos absolutos. Do ponto de vista social, entretanto, nos habituamos a desconsiderar fatos banais como a área que um indivíduo pode se estabelecer como tal. Como argumenta Arlete Moysés Soares (1991), de alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar é uma das necessidades básicas de qualquer pessoa. Mesmo que mudem as características da habitação, sempre é preciso morar, e isto não é possível sem se ocupar espaço.

Entretanto, seria possível viver sem território? Ou viver numa situação, que não se caracterize como uma ausência de território, mas este seja extremamente fragilizado?

A discussão que segue procura analisar a relação entre indivíduos em estado extremo de exclusão, no caso os moradores de rua e o território. Desta forma, é a questão da territorialidade aí existente, nosso principal objeto de discussão. Para isso, contextualiza-se inicialmente o problema, em relação ao território, como categoria de análise nas ciências sociais, em especial, na Geografia. No segundo momento, analisa-se a questão da condição do morador de rua no espaço e os aspectos associados à qualidade de vida.

2. O TERRITÓRIO COMO PRODUÇÃO HUMANA

Território e espaço são categorias de análise de muita importância para a compreensão vida cotidiana. Não obstante, carregam diversas concepções, podendo-se notar inclusive o descuido de ambas serem utilizadas para se tratar dos mesmos sentidos. De acordo com Raffestin (1993) durante muito tempo os geógrafos se preocuparam em falar do espaço, e agora eles têm falado mais frequentemente de território. Essa observação do geógrafo franco-suíço é muito pertinente, pois sem dúvida, o território tem sido objeto de análise de muitos autores nas últimas décadas. Claval (1999) fala dessa preocupação recente nas ciências humanas no estudo do território. E, a nosso ver, isso deve-se ao fato de sua extrema importância para a análise da sociedade

contemporânea, tendo em vista as profundas transformações ocorridas no mundo a partir da segunda metade do século passado.

Para início, acreditamos ser essencial fazer uma distinção entre espaço e território, afirmando que o primeiro não é o último. O espaço preexiste ao território. .

Para Raffestin (1993), o espaço é a matéria-prima do território, preexiste a qualquer ação intencional de determinado ator que dele procure se apropriar. Considerando-se a apropriação decorrente das relações de poder, ao se materializar no espaço, o humaniza. Assim, entendemos que a ação humana na concepção desse autor se constrói através de um conjunto de relações desenvolvidas na coletividade, ela reflete a multidimensionalidade do vivido, o que nos leva a conceber, juntamente com ele, que a relação com o território é uma questão de relação com os homens, ou seja, com os outros. Nesse caso, a simples ocupação não é suficiente para constituir território, dada a falta do componente relacional que possibilita os acessos aos mecanismos territoriais.

Para Claval (1999) o território entra no cenário de discussão da Geografia pelo âmbito da Geografia Política, quando esta passa, no início do século passado a utilizar o termo como referência ao espaço sob o controle de um Estado-Nação. Nesse sentido, é essencial a ação do Estado enquanto instituição político-administrativa que constrói território, como condição para o exercício de sua soberania. Porém, Claval não defende a idéia de que o território seja apenas uma construção do Estado-Nação, ou seja, o território político. Pelo contrário, para ele os atores sociais também constroem território. Para ele, a identidade com o espaço apropriado consiste em importante ferramenta de construção e defesa do território.

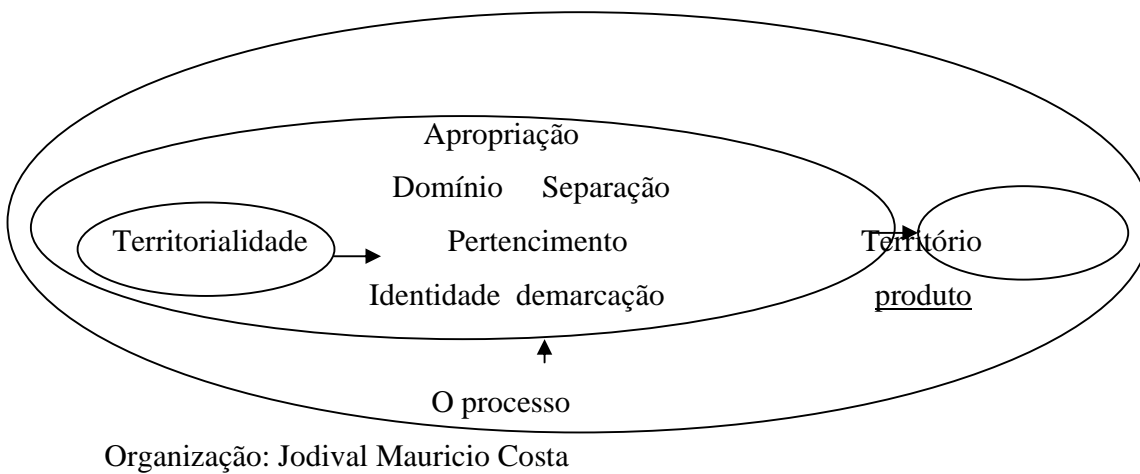
A abordagem de Claval também remete a essa concepção do território como produto das relações, e da territorialidade como essa consciência de pertencer aquilo que nos pertence, daí porque falar de identidade. E identidade se adquire através das relações sociais, que ao serem materializadas no espaço criam identidade; podemos dizer que se trata mesmo do processo de humanização do espaço, de sua territorialização.

Santos e Silveira (2001) falam de território usado como sinônimo de espaço geográfico. Entendemos que esse espaço geográfico ao qual se referem os autores é uma produção humana, é uma porção do espaço apropriada por determinado ator que lhe imprime uma funcionalidade de uso, seja político, econômico ou social. Essencialmente não há oposição entre concepção desses autores e a de Raffestin (1993), mas enfatiza-se o seu uso, suas funcionalidades e as formas que assume. Santos e Silveira, também vêem o território como um produto multirelacional, onde diferentes atores atuam no processo de construção territorial.

Outra concepção de território como produto multirrelacional é aquela presente em Haesbaert (2004) que o território como produto do desejo, onde esse desejo tem um poder produtivo, construtivo, e vem acompanhado de diversos agenciamentos que, para ele, são construídos pela territorialidade, o mecanismo de produção e defesa do território.

Esse desejo que produz território na visão de Haesbaert é o desejo de realização das potencialidades humanas, que busca a realização da vida na sociedade, que só pode ser alcançada no meio social, o que implica estar imerso no processo de realização da vida em conjunto, vivida socialmente. Esses agenciamentos dos quais fala o autor, também podem ser observados em Heidrich (2004) para o qual o território é resultado da relação entre apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. Para o autor não há como se falar de território sem se considerar os fundamentos da territorialidade. São os princípios dessa territorialidade humana que estão presentes quando se trata de território. Para Heidrich, é através da apropriação do espaço que se constrói território, e os agenciamentos, ou seja, esses princípios, precisam estar presentes para que haja o pertencimento, em outras palavras, para que a territorialidade seja realmente exercida. Essa relação entre territorialidade e território poder ser demonstrada no seguinte esquema.

Espaço



Importante é perceber que este não é um processo que ocorre separadamente. Pode-se compreender que é através dos agenciamentos (que também chamamos de elementos) presentes no processo de construção do território que a territorialidade passa a ser exercida, no sentido de permanecer sua constante organização e defesa. Outrossim, é importante frisar que, assim como na concepção de Raffestin (1993), mesmo quando ocorre o processo de desterritorialização a territorialidade permanece, porque esta é uma ação exercida através do próprio exercício do poder, pois é assim que a territorialidade possibilita uma nova apropriação ou uma *reapropriação* do espaço para a construção de um novo território, a reterritorialização. Isso nos leva a considerar que o espaço é permanente e o território é uma situação vivenciada. Com isso, o esquema não significa que a territorialidade esteja fora do território, mas que ela permanece mesmo quando o território desaparece e fica apenas o espaço. Portanto, territorialidade é causa, processo e produto da existência do territórioⁱⁱ.

Numa concepção pertinente à amplitude das relações sociais, e humanas, o território deve ser entendido como o produto da apropriação do espaço através das relações de poder de diferentes atores. Assim, não é o poder unidimensional do estado, mas a multidimensionalidade do poder. Dessa forma, o território como produto das relações sociais, é essa humanização do espaço onde os cidadãos estão em situação de vivenciá-lo, de ter no espaço apropriado a experiência da realização da vida.

Carlos (2004) afirma que a atividade social tem o espaço como condição de sua realização. O espaço é o palco da realização social, é através dessas realizações que esse espaço se torna território. Deste modo, a reprodução das relações sociais materializa-se num espaço apropriado para este fim. “A vida, no plano cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar” (op. cit. p.47).

O espaço apropriado, lugar produzido do qual fala a autora, é o que entendemos aqui como território. O que possibilita essa identidade do cidadão com um lugar, de sentir-se parte daquilo que lhe pertence é justamente a territorialidade. Nesse sentido, território possui, como argumenta Di Méo, tanto uma componente relativa ao espaço social, como ao espaço vivido. A primeira refere-se à objetividade das relações sociais e entre os homens e o espaço e a segunda, à relação existencial do sujeito estabelece com tudo que há no espaço de seu cotidiano (1998, p. 37-38).

3. CIDADANIA, TERRITÓRIO E EXCLUSÃO SOCIAL

Para sentir-se nessa situação, de *identidade cidadão-lugar*, de pertencer ao que lhe pertence, é necessário que o indivíduo ou grupo desfrute das condições de cidadania, nas quais os direitos sejam materializados no espaço, criando-se essa identidade da qual fala Carlos. Entendemos que isso não é possível, por exemplo, a um indivíduo ou grupo desprovido de “direitos e garantias sociais, carência ou falta em termos de educação, saúde, moradia, etc., a exclusão da possibilidade de realização do trabalho, das condições de reprodução da vida; e até mesmo, a impossibilidade de manifestação e da exposição do pensamento no âmbito da integração” Heidrich (2006, p. 23).

Mas o que é o Cidadão? Pinski (2003, p.10) responde que ser cidadão

[...] é ter direito à vida, a liberdade, a propriedade, a igualdade perante a lei: é em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia

sem os direitos sociais, aqueles que garantem participação do indivíduo na riqueza coletiva; o direito a educação, ao trabalho, ao salário justo, a saúde, a uma velhice tranqüila.

Os graves problemas da desigualdade social que vigoram, em especial nas sociedades periféricas fazem com que para muitos a lei seja “um livro de ficção”. Em muitas sociedades, especialmente as de condição periférica, a situação de exclusão com a qual convive uma parcela considerável da população não possibilita o usufruir o que reza a lei. Em outras palavras, não se materializam na sua relação com o espaço, como elementos da apropriação do mesmo, de vivência da territorialidade, e, portanto, de estar no território.

Para muitos indivíduos, até mesmo o direito mais básico do ser humano, o direito a moradia, é negado. Carlos (2004, p.55) refere-se a experiência de morar na rua como a “arte de sobrevivência”. Se sobrevivência é condição não desejada, não plena (embora ter um teto não seja condição de realização da vida), neste caso há uma exclusão extrema dos indivíduos dos direitos, dos mecanismos sociais que lhe possibilitem o exercício da cidadania.

Entendemos que a cidadania só pode existir para indivíduos em condições de vivência na sociedade, não podendo ser exercida pelo que se encontra em situação extrema de exclusão sócio-espacial, na qual se configure na perda de sua participação na integração, de não ter participação nos interesses e necessidades da integração, nem tampouco do acolhimento a sua significação e valores” (Heidrich, (2004 p.2).

Porém, o indivíduo excluído dos direitos a uma vida em sociedade, negada enquanto cidadão, não deixa de estar no espaço. Se não estar no espaço é “não existir”, a exclusão que envolve a cidadania é, essencialmente, uma exclusão sócio- territorial, dado que se origina de um alijamento de alguém nas suas relações com o espaço social e vivido. Em muitos casos , a perda dos mecanismos de realização da cidadania, exclui o indivíduo da possibilidade de apropriação do espaço, uma das formas de manifestação do território. A perda de um sentimento de pertencimento sócio-espacial, uma outra forma de manifestação do território, é outro caso.

Santos (1987) fala sobre o que não é o cidadão, para então discutir o que é o cidadão, e chega a consideração de que o consumidor não é o cidadão, assim como o eleitor também não o é, não basta consumir ou votar para ser cidadão, é preciso ter os direitos anteriormente citados assegurados não apenas na lei, mas na prática cotidiana. Sendo assim, cidadania não é um registro de nascimento, não é o nascer no Estado, mas o estar em estado de usufruto dos direitos garantidos pela lei. Em outras palavras, não é estar somente no espaço, mas ter esses direitos territorializados, portanto, é uso do território. Cidadania é direito ao território.

Analisando-se a relação território e exclusão social, de acordo com Koga (2003) o território é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social. Segundo a autora, o território também representa o chão do exercício da cidadania, pois esta significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade e as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidente entre os cidadãos, pois as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença ou ausência de serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresenta-se desiguais.

Seguindo esta análise, Haesbaert (2004. p. 315) faz referência à questão da exclusão e da desterritorialização:

[...] partimos do pressuposto de que toda a pobreza, e , com mais razão ainda, toda a exclusão social é também, em algum nível, exclusão sócio espacial, e por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável a nossa participação efetiva como membros de uma sociedade.

Entretanto, em relação a esta questão da “desterritorialização” e exclusão social, Haesbaert (op.cit.) explica que a “desterritorialização” ao contrário da exclusão social não tem uma

valoração exclusivamente negativa. O processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização. Assim, podem existir situações em que apesar de “territorializados” no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural e vice-versa; a exclusão como desterritorialização deve ser vista deste modo, também na sua dimensão econômica-política-simbólica-cultural. Então, pode se dizer que a relação de exclusão social pode representar a “desterritorialização” ou a “territorialização precária”.

Neste mesmo sentido, Heidrich (2006) aponta que, os vínculos com os quais a humanidade se desnatura, cria o espaço humanizado - o território e as formações sócio-espaciais, podem ser compreendidos fundamentalmente, por meio de três expressões: apropriaçãoⁱⁱⁱ, valorização e consciência. Por meio de estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas através de práticas sociais é que se produz o território, que se constitui uma territorialidade. Assim, a perda de vínculos econômicos, culturais, políticos ou sociais, implica no afastamento do indivíduo ou da coletividade da condição territorial presente naquele momento.

Desta forma, nesta contextualização, o autor explicita que qualquer processo de territorialização (seja de desterritorialização ou re-territorialização) ou, o fortalecimento, ou o enfraquecimento de tais vínculos depende da invenção de novas relações da sociedade com o espaço. Deste modo, pode-se afirmar que a exclusão social retira ou afasta as pessoas da integração apropriação-valorização-consciência, assim como alternativas de inclusão produzem, novos vínculos com o território.

Complementando esta questão, Koga (op.cit.) afirma que a exclusão social é também territorial. Nas áreas metropolitanas, por exemplo, existem territórios que se apresentam em si mesmos como excluídos ou sinônimos de exclusão social. São, por exemplo, os morros das favelas do Rio de Janeiro e as periferias de São Paulo, no Brasil.

Com referência a esta problemática, Haesbaert (op.cit.) afirma que, nas favelas das grandes cidades brasileiras a população desenvolve laços com seu espaço vivido, mesmo em um território

“funcionalmente” muito precário. Neste caso, há várias formas de re-territorialização no interior da favela, na maioria das vezes, a condição de aglomerado de exclusão^{iv} é transitória, revelando-se mais claramente nos momentos de grave crise, como ocorre durante os conflitos entre grupos do narcotráfico e a polícia.

Koga (op.cit.) acrescenta também que existe um outro aspecto da exclusão no território, o qual está na condição transitória da moradia representada pela população sem teto, denominadas população de rua, já considerada como parte da paisagem urbana de muitas cidades brasileiras. Nesse caso, a dimensão da rua funde o público e o privado, o individual e o coletivo, o tempo e o espaço. Noções que se constroem numa noite e se desmancham no raiar do dia para se reconstruírem, talvez em outro lugar.

Conforme Martins (1997), rigorosamente falando, não existe exclusão, existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos, econômicos excludentes, existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, sua revolta. Segundo Heidrich (2006) o conteúdo significativo da exclusão social é bastante abrangente e, apesar da noção de exclusão social ter se originado para designar processos relacionados a problemas sociais em consequência da globalização em sentido amplo, o que a globalização e a reestruturação produtiva fazem é reproduzir um novo espaço, com renovadas possibilidades técnicas. A geração de situações de perda da condição da reprodução social, devido a mudanças nos arranjos espaciais, especialmente em virtudes de mudanças técnicas, ganham sentido por meio de processos de desterritorialização, posto que se configuram como deslocamentos (social ou territorial) das pessoas e grupos em relação as suas condições originais de vínculo com o espaço.

O debate contemporâneo acerca dos problemas da desigualdade social remete ao conceito de exclusão social, e tem sido amplo o bastante para abranger toda a forma de injustiça, no que se refere a oportunidade a vida, e, conseqüentemente, na participação no “jogo” sócio-territorial, quiçá justo e democrático. Importa, no entanto, considerar que a exclusão social não significa tão somente um estado permanente em que se encontram indivíduos ou grupos sociais, bem definidos

quanto as suas características descritivas (como por exemplo, no que respeita a baixo rendimentos, baixa escolaridade, desemprego, entre outros indicadores). Antes, trata-se de um processo que se refere à uma situação de instabilidade vivida pelos indivíduos e grupos no que diz respeito aos seus vínculos de convivência social, nos sentidos econômico, político e também moral e psíquico (Liedke, 2003 p. 116).

4. SITUAÇÃO EXTREMA DE EXCLUSÃO – SOBREVIVER NAS RUAS.

O homem leva nas costas sua casa
E a reinventa todos os dias
No terreno flexível da rua
Ocupando o contorno do próprio corpo
O movimento é sua única certeza.

Jodival M. Costa.

De acordo com Magni (1995), morador de rua é aquele segmento da população que vive em uma situação de extrema pobreza e que por contingência temporária ou de forma permanente está habitando logradouros públicos da cidade, como praças, jardins, casas abandonadas, em baixo das pontes ou viadutos, entre outros locais.

Analisando este tema, pode-se inferir que a problemática da exclusão, presente no morador de rua é decorrente de uma série de fatores. Conforme Mendes e Silveira (2005), podem estar associados a questões de ordem familiar, profissional ou social. A ausência de perspectivas de um emprego estável e o desemprego são ameaças constantes de destruição da identidade e podem culminar com o desgaste desse sujeito, tendo repercussão direta no seu modo de viver. Este modo de viver é formado por fatores e restrições ambientais, organizacionais, políticas, morais, entre outros, que instalam e moldam rotinas, sob o imperativo da sobrevivência.

Cabe ainda ressaltar como nos apontam Brognolli (1999) e Oliveira (2001) que a ida para a rua pode se dar por um aspecto de transgressão e resistência, ou até mesmo pela busca de sobrevivência.

Brognolli (1999) analisando o nomadismo urbano no qual se incluem os moradores de rua, aponta que há no nomadismo a perspectiva de transgressão às instruções organizativas do Estado:

O nomadismo não é nenhum papel ou posição, nem mesmo identidade que os diferentes sujeitos podem assumir, mas uma lógica de ação que abarca diferentes posições sociais simultaneamente, por ser um vetor que atravessa. Representa uma ‘máquina de guerra’ ou seja, uma fonte de atividades contra as instruções organizativas do Estado que, em alguns momentos, pode constituir táticas que impeçam sua progressão (p.61).

Oliveira (2001, p.88), faz um resgate de uma das nossas maiores abordagens educativa e metodológica de tecnologia social desenvolvida no Brasil, modelo hoje aplicado em muitos países para lidar com a situação de população de rua. A partir da experiência dos meninos e meninas de rua, a ida para a rua também deve ser considerada um fator de resistência:

De um ponto de vista, essas são apenas crianças que tentam desesperadamente sobreviver. Sua ida para as ruas pode ser vista como uma tentativa lógica de garantir sobrevivência. Sem casa, na favela, sem escola, sem apoio do Estado, estão condenadas a uma vida sem sentido e sem valor. A rua é uma saída, uma tentativa, um meio de escapar ao destino cruel e monótono que lhes é oferecido no recesso de pobreza. Por isso, a ida para a rua pode ser vista, a partir dessas considerações, como uma forma positiva de resistência, um sinal de que, o que pode existir de criativo, de esperança, e de produtivo nestes filhos de nossos pobres, ainda não morreu. Neste sentido, e como fenômeno social, a ida para as ruas pode, ainda representar uma forma de resistência cultural, um sinal de que ainda existe uma vitalidade e uma dignidade

nesses seres humanos, que se recusam a aceitar o papel que lhes é dado por seus opressores.

Na concepção de Anderson e Snow (1998) para boa parte da percepção pública há a tendência em acreditar que os moradores de rua são os próprios responsáveis pela sua situação, e também que representam ameaça à segurança e bem-estar dos cidadãos. Já o mesmo não pode ser dito relação às vítimas de desabrigo em massa: os últimos são os “coitados” e os primeiros os “preguiçosos”. Carlos (op. cit) fala da rua como um espaço multiconcebido, que adquire variados significados de acordo com o uso e com o tempo dos diferentes indivíduos e grupos que usam a rua. Para esta análise, interessa a rua como espaço de moradia, diferente de qualquer outro sentido para outros que usam a rua como trabalho e, principalmente, para os que a utilizam apenas como espaço de circulação.

Segundo Oliveira (2004, p. 34), a rua para os meninos de rua é um ambiente social.

É nela que se faz amigos, aprende-se ofícios, incorporam-se valores e afirmam-se crenças e comportamentos. Este espaço vital contextualiza a convivência com a população diversa, composta não só por moradores de rua, mas por uma miríade de trabalhadores e transeuntes que fazem daquele espaço seu universo de atuação existencial. Estão aí incluídos também diversos componentes de criminalidade, drogas, prostituição e junto a esses, policiais, profissionais de serviços sociais, agentes filantrópicos e educadores. [...] A “criança de rua” hoje, vive tipicamente em grupo familiar próprio, sendo a rua principalmente um ambiente de trabalho, ou forma seus grupos familiares ou substitutivos na própria rua, para poder enfrentar a vida nesta situação é comum agrupamentos de crianças e adolescentes, as vezes adultos, formando o que se convencionou a chamar as “famílias de rua”.

O autor ainda aponta que a população de rua mudou muito, no ponto de vista demográfico. Na década de 70 encontravam-se geralmente homens adultos, geralmente

alcoólatras ou viciados em drogas, e crianças e adolescentes a partir dos sete e oito anos. Atualmente, a população de crianças e adolescentes excluídos tem além da rua outras inserções, como no narcotráfico ou em movimentos sociais como os do *sem teto*. Quanto à idade, o autor aponta que “há cada vez mais jovens e famílias inteiras atingidas pelo desemprego e uma quantidade cada vez maior de pessoas com idade avançada, vítimas da destruição sistemática das redes de proteção social”.

Para boa parte dos que circulam na rua, os que nela moram são vistos como enclaves que agridem a paisagem, e o desejo de vê-los fora da rua, para muitos, se faz pelo incômodo estético, pela “segurança pessoal”, etc. Numa lógica higienista-capitalista, o morador de rua é problema no que diz respeito a uma visão de modelo de progresso da metrópole, modelo baseado ainda nos ideais de cidade, a cidade perfeita. Na busca de dar conta do desenvolvimento deste modelo, sabe-se das alternativas construídas pelo Estado: as instituições totais, como manicômios, prisões, abrigos entre outros, são ainda os instrumentos de controle e regularização.

Brognolli (op.cit.), afirma que as intuições para os *Pardais*^v, ora são vistas com o sentido de repressão e vigilância sobre esta população, ora como um elemento de auxílio e proteção.

Analisando o nomadismo urbano, o autor aponta que diferente de nós, sedentários que temos nossos trajetos vinculados a um ponto de partida e chegada, para os andarilhos, o mais importante é o trajeto. Assim, albergues e abrigos servem apenas como apoio de descanso e recuperação da saúde, para continuar o que mais interessa a estes grupos na situação em que se encontram, que é continuar caminhando, locomovendo-se, mudando, vivendo o nomadismo.

Para sobrevivência na rua é necessário praticar algumas táticas consideradas por muitos uma cultura da vida do morador de rua. Brognoli apresenta alguns elementos desta sobrevivência. Entre eles esta o “*abraço*”, que é o ato de trocar ou comprar de outra pessoa, é um sistema de troca de materiais entre eles, morador de rua, e grupos. No “*abraço*” permite-se o estabelecimento de alianças de troca através da circulação de bens e da prestação de favores (p.86).

O “galo” é a mochila, capaz de carregar somente o necessário. O “achacar” é o ato de pedir dinheiro contando uma história. Para os *Pardais*, achacar é encenar, pedir, inventar uma história.

Quase sempre presente, o álcool é muitas vezes chamado de “goró”. Em torno dele muitas atividades cotidianas são organizadas, como o “mangueio” que tem como objetivo obter dinheiro para comprar a bebida, uma vez que a comida é conseguida em bares, casas das “tias” ou outros lugares. Para Brognolli (1990 p.91):

A dependência do álcool não se reduz, no entanto, às exigências postas pela dependência, mas se amplia como suporte de vida cotidiana desenrolada em público – redução da inibição - como máscara para o desempenho de papéis, como anestesiante das condições duras da vida na rua – o frio, a fome e as lembranças ruins.

As condições de pobreza e de exclusão, muitas vezes, afastam as pessoas, ou enfraquecem seus vínculos com determinado espaço. Assim, podemos falar do grupo dos moradores de rua, de acordo com Heidrich (2001) diz-se que há uma certa territorialidade, ou seja, estes grupos produzem territorialidade, mas um território instável e fragilizado. Segundo Koga (op.cit.) é um território que se faz e refaz em meio a territórios mais consolidados.

Os moradores de rua agem com intenção limitada de tentativas de reprodução de sua vida. Coleta de esmola e de alimentação parece ser normal numa cidade metropolitana. Pertencem as ruas como um espaço geral que quase nunca é duradouro. Por isso, também estão limitados na criação de valor, na geração de alguma utilidade. Talvez este seja um dos modos mais eficientes de se produzir exclusão social e territorial: gerar impossibilidade de relação de transformar, sob qualquer condição (Heidrich, 2001).

Conforme o estudo de Magni, o perfil dos moradores de rua da cidade de Porto Alegre é basicamente de população migrante oriunda da zona rural ou de cidades do interior, alguns vieram de outros estados. A faixa etária predominante dos moradores de rua é entre 22 e 45 anos (69%), do sexo masculino (77%) é de cor branca (53,6%). Quanto ao tipo de ocupação, foi

constatado que a maioria dos moradores de rua exerce atividades informais, tais como artesanato, biscate de obras, função de guardadores de carros e serviços gerais^{vi}.

Ainda em relação a esse estudo, é importante mostrar, conforme Magni, que a cachaça é usada diariamente pela quase totalidade dos adultos, quanto à droga, o “*lolô*”, cola de sapateiro e a maconha são as preferidas por crianças e jovens, os “baseados”, cigarros de maconha, também são geralmente compartilhados em grupo. Em relação às condições de saúde, os principais problemas apontados foram doenças pulmonares, bronquite, reumatismo e doenças do aparelho digestivo.

De acordo com Magni, a maioria dos entrevistados não pode ser considerada como violenta, visto que, pela sua descrição, não cometeram nenhum tipo de crime, sendo que a grande maioria não teve registro policial. Mas quando ocorre algum tipo de registro, estão relacionados ao roubo ou ao furto. Segundo a pesquisa, a maioria vive no centro da cidade - 43,2%, pela facilidade para obtenção de recursos como comida e pequenos biscates.

Em Porto Alegre, a Prefeitura Municipal, cria em 1995, de a política de Assistência Social junto com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), implantando um programa de serviços dirigidos a população de Rua, criando a Rede Integrada para atendimento desta população.

Essa rede, tem se constituído para a população como espaço de acolhimento e para as demais políticas sociais como retaguarda de lacunas existentes. A constituição inicial destes serviços dava conta do acolhimento provisório daqueles indivíduos que estavam na rua, como espaço de moradia. A procura espontânea aos serviços de abrigamento determinou a existência de um universo de situações, bem, como a falta de moradia e emprego, desencadeando nos abrigos a alternativa de sobrevivência. (Projeto Albergue Municipal, 2002, in Minuzzi 2005.p.11)

Um dos equipamentos desta rede, é o Abrigo Casa Marlene, também criado em 1995. O abrigo, segundo Minuzzi (op.cit.) é um espaço de acolhimento transitório, onde a equipe multidisciplinar entende que a participação do usuário é fundamental para a transformação das relações sociais. Com isto priorizam atividades grupais, que possibilitam a troca de experiências, expressões de sentimento, revalorização de potencialidade, resgate e ou construção da auto-estima; estímulos à organização, cuidados com a higiene e saúde e enfrentamentos de situações diversas, como: perda de vínculos familiares, fragilizados e/ou inexistentes, e a perda de sua identidade enquanto pessoa, que se explicita no não reconhecimento do ser histórico capaz, portanto, transformador.

Conforme o Projeto do Abrigo Municipal Casa Marlene, citado por Minuzzi (p.12) a equipe vê “a população de rua, como sujeitos em movimento e em desenvolvimento, que tem potencialidades e podem, a partir de intervenções, orientações, encaminhamentos para tratamentos específicos, superar suas dificuldades”.

Entre outros equipamentos, existe a Casa de Convivência e o Atendimento Social de Rua. A casa de Convivência é um equipamento de referência para os moradores de rua durante o dia, com disponibilidade para tomar banho, lavar roupas, acompanhamento social e atividades de convivência. O Atendimento Social de Rua (A.S.R.), é um serviço que realiza abordagens, dos moradores de rua, que leva os usuários para a casa de convivência, abrigagem, albergagem e hospitais quando necessário.

Uma das ações de inclusão social desenvolvida pela equipe do Albergue Casa Marlene é o Plano de Intervenção. Este é um processo de construção de encaminhamentos para o novo usuário do serviço, que segundo Minuzzi (p.14), é estabelecido junto com a equipe a partir das prioridades para promover a organização deste usuário até a sua saída do abrigo. Esta organização significa criar estruturas mínimas para que este usuário não volte a morar na rua.

Para isto a equipe junto com o usuário elege as prioridades que são mapeadas a partir da entrevista com o usuário. Cada novo usuário apresenta necessidades diferentes. Dependendo da condição de chegada deste novo usuário ao serviço, pode ser prioritário a ele ou não, inicialmente

a recuperação da saúde, o encaminhamento para o trabalho, ou a busca de uma moradia. Há aqueles usuários que apresentam as três necessidades.

Sabe-se que apesar de alguns investimentos das instituições através de seus programas de inclusão social, muito dos abrigados acabam voltando às ruas. Como já foi apontado por Brognolli (op.cit.), há aqueles moradores de rua que fazem destas instituições apenas pontos de “recuperação” para continuarem o que lhes mais interessa, que é continuar o movimento nômade urbano.

Questionando a questão da situação do Reingresso no Abrigo Marlene, Minuzzi (2005) pergunta: o que faz um ex-abrigado, que sai do abrigo depois que seu plano de intervenção foi realizado com sucesso retornar a rua, e novamente procurar o Abrigo? Nas respostas encontradas por Minuzzi, o que lhe chama atenção é que a maioria dos reingressos retorna e se afastam do abrigo pelos mesmos motivos do ingresso anterior. Há aí um círculo vicioso, uma relação com a condição de morador de rua, difícil de romper.

Segundo a maioria dos usuários do serviço do abrigo, uma forma de evitar a “recaída” da vida de rua, é que o abrigo oferecesse um acompanhamento contínuo, com encontros frequentes. Para Escalabrino^{vii}: “já que eu não tenho vínculo com meus familiares, alguém vai continuar se preocupando comigo, isso é muito importante para eu continuar tentando ir para a frente, não recair” (p.67).

Cabe ainda sinalizar aqui, que há aqueles moradores de rua, que não interagem com as instituições. Sejam porque não querem se submeter as suas regras, seja por acreditar que os serviços que oferecem são tão precários que é melhor estar na rua. Aparece aqui aquele complexo da territorialidade seja como espaço social, seja como espaço vivido: a rua é a casa. Este é o caso, do morador da calçada da rua Jacinto Gomes – bairro Santana, um índio xavante, que diz que não vai para os abrigos para não ser roubado.

Manoel^{viii} tem 59 anos, é um (ex-)índio da tribo xavante que veio do Mato Grosso. Indagado sobre sua situação, Manoel responde: “a minha tribo tá em extinção... meu pai morreu da cachaça, minha mãe morreu do cigarro, minha mulher morreu da trombose, meu filho morreu do pulmão e meu irmão a sucuri engoliu... aí eu saí andando de lá... pelas ruas... pelo mato... passei por São Paulo, pelo de Rio de Janeiro, já morei em Rio Grande-RS e vim para Porto Alegre”.

Relata que saiu de sua tribo, mais ou menos aos 25 anos de idade. Mora em Porto Alegre há 4 meses, e há 2 meses mora na calçada da rua Jacinto Gomes, bairro Santana. Normalmente ganha algum dinheiro cuidando dos carros que estacionam na frente da calçada onde dorme. Afirmam que muitas pessoas que o ajudam... “o cara da padaria dá o carro para mim lava, daí eu ganho um dinheiro... o cara do açougue, com 1, 2 real me dá um monte da carcaça de galinha ... aí eu cozinho...”. Explica: “eu tinha uma panela... agora me robaro...daí eu pegava gasolina ou álcool no posto, cortava uma latinha dessas (uma lata de refrigerante) ... colocava um pano no meio e tocava fogo, aí pego dois tijolo e coloco assim (fez gestos com as mãos, representando que a lata localizava-se entre os dois tijolos)... daí boto a panela encima... coloco a galinha com os tempero que eu compro ali no mercadinho... tomate, alho, pimenta... quando fica meio cozido eu coloco a água e a massa, daí eu faço massa com galinha... e quando eu quero ganhar um dinheiro extra eu vô nos bar, com o baralho...(contou e demonstrou que fazia mágica com o baralho)”.

Com referência ao que foi colocado, comparando-se com a pesquisa da PUC/FESC/PMPA (1992-1993), ambos entrevistados de ambos os estudos sobrevivem de maneira semelhante, isto é, cuidando de carros, de biscates e doações. Na fala do entrevistado, pode-se perceber que foi comentado muito sobre a problemática dos roubos entre os moradores de rua. Segundo ele, os outros moradores de rua sempre roubam suas coisas enquanto dorme.

Outra questão que foi abordada, em termos de relações, foi o vínculo de amizade. Nessa contextualização, Manoel respondeu que “na rua a gente não tem amigo, é só conhecido... eu prefiro ficá sozinho, porque muita gente junto dá briga... eu tinha um amigo que morava comigo fazia um mês, ai ele fico doente... deitou no meu colo... e começo a colocá tudo pela boca... saia pedaço de pulmão... aí tava passando uma senhora e pedi ajuda... ela pego o celular e ligo para a

SAMU (ambulância)...aí levaro ele pro hospital, mas ele morreu... aí eu não sei... acho que enterraro... ou foi para estudo”.

Neste diálogo, pode-se analisar a precária situação de quem mora inclusive o perigo entre em relação aos próprios moradores de rua, que na luta por sobrevivência tem, muitas vezes, que ver o próprio morador de rua como “inimigo”. De acordo com o entrevistado, existe muita briga entre os moradores de rua, principalmente por causa da utilização de drogas. Ainda analisando esta fala, pode-se observar a situação da morte do seu amigo, onde se pode focar a questão da desvalorização do ser humano na sociedade atual. Morador de rua é, normalmente, tratado como um indigente, isto é, um morador de rua não tem importância para sociedade.

Considerando-se a relação entre território/territorialidade, exclusão social e moradores de rua, pode-se verificar que este morador de rua estabelece determinados vínculos com os moradores do bairro, visto que muitas pessoas o ajudam, o conhecem e respeitam a sua área ocupada. Dessa forma, denota-se que mesmo sendo, estes vínculos, de certo modo frágeis e instáveis, eles estão presentes e expressam a ocorrência de uma “certa territorialidade” nesse espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de encerrar o debate sobre o assunto, essa reflexão apenas propõe uma análise dessa territorialidade de excluídos, a fim de contribuir para com as propostas de reflexão desse problema.

A constatação de que os vínculos que ligam o indivíduo ao espaço, e que se tornam condição de estabelecimento de uma relação no território são extremamente frágeis na vida dos moradores de rua, caracterizando uma territorialidade exercida de forma debilitada e instável. O sentido de apropriar-se enquanto posse e/ou adequação do espaço, tornando o mesmo apropriado à vida, com pertencimento e consciência espacial estão apenas superficialmente na territorialidade desses moradores.

Outra consideração importante diz respeito à coexistência desta situação com o discurso da modernidade e, até mesmo, de uma pós-modernidade, e perceber que ao lado de modernos condomínios e residências de luxo, convivem realidades como a de moradores de rua. Uma realidade típica de uma lógica capitalista que cria suas contradições e depois as nega.

Se, para um pesquisador, é importante que a investigação resulte em descobertas e novas explicações e, por isso, lhe cause realização, essa reflexão traz uma particularidade, em vista de causar um intenso sentimento de incapacidade perante situações que vivenciam o ser humano. Nesse sentido, o que deve ser interesse maior, é a necessidade de compreensão desta realidade. Assim, o que se espera é que a pesquisa sobre essa temática sirva não somente para enriquecer o debate da categoria - território, mas, principalmente que ela possa oferecer formas de pensar o problema e suas alternativas de soluções.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLIÉS, Paul. (1980). *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

ANDERSON, L. & SNOW, D. (1998). **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis-RJ: Vozes. Tradução: Sandra Vasconcelos.

CARLOS, A. F. A. (2001). **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto.

CLAVAL, P. (1999). **O território na transição da pós-modernidade**. In: Geografia. Ano 1 – nº2.

Di Méo, Guy. (1998). *Géographie sociale et territoires*. Paris; Nathan.

HAESBAERT, Rogério. (1997). **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói, RJ: EdFF.

HAESBAERT, Rogério. (2004). **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HEIDRICH, A L. (2006). “Territorialidades de exclusão e inclusão social”. In: REGO, N., MOLL, J. e AIGNER, C. (Orgs.) Saberes e práticas na construção de sujeitos sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-44.

HEIDRICH, A L. (2004). **Território, integração sócioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. In: Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Eliseu S. Spósito; Marcos A Saquet; Alexandre D. Ribas; Francisco Beltrão: Unioeste.

LIEDKE, E. R. (2003). **Brasil: inclusão e exclusão em um país de contrastes**. In: Brasil desde Porto Alegre. Wrana Maria Panizzi & Miguel Rojas Mix (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

KOGA, D. (2003). **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez.

MARQUES, C. M., BROGNOLI, F.F. & VILLELA, J. L. M. (1999). **Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento**. Itajaí: Ed. Da Univali.

MARTINS, C. H. B. *et al.* (1998). **Pobreza Urbana**. Projeto RS-2010: Realizando o Futuro.

MENDES, J. & SILVEIRA, S. (2005). **Nas páginas dos periódicos: construção social e realidade do fenômeno morador de rua**. Revista virtual Textos e Contextos. Nº 4, ano IV, dez.

MINUZZI, C. (2005). A questão do reingresso no abrigo municipal Casa Marlene. **TCC – Trabalho de Conclusão de Curso**. Centro Universitário Metodista – IPA, curso de Terapia Ocupacional. Porto Alegre.

OLIVEIRA, W. F. de. (2004). **Educação social de rua**: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. São Paulo: Artmed.

PINSKY, J. & PINSKY, C. B. (2003). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto.

RAFFESTIN, Claude. (1993) **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática.

Rodrigues, A M. (1991). **Moradia nas cidades brasileiras**. Série Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto.

SACK, Robert. (1986) **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, M & SILVEIRA, M.(2004). **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro. Record.

SANTOS, M.(1979). **Pobreza Urbana**. 2 ed. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. (1987). O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel.

SMITH, N. (2000). **Contornos de uma política espacializada**: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: O espaço da diferença. Antonio A. Arantes (org.). Campinas-SP: Papitus.

ⁱProduzido como atividade final da Disciplina Seminário Temático: Crítica do Território, ministrada pelo Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ⁱⁱ Não se pretende aqui, fazer uma revisão sobre as abordagens que se servem desta categoria de análise. Especialmente, deve-se distinguir, o seu uso por análises que vêem o território apenas como uma realidade associada ao Estado. Não são apenas as formulações de Ratzel que estão na matriz de tais concepções. Nesta perspectiva ver

Paul Allié (1980). Em nosso entendimento, a territorialidade consiste em manifestação geral da humanidade, da qual se sobressai, entre outras, a territorialidade das soberanias que envolvem articulação entre os poderes político e econômico e a cultura. Nesta perspectiva, ver Robert Sack (1986).

ⁱⁱⁱ Apropriação do espaço no sentido de criação de territórios em seu duplo sentido de posse e adequação.

^{iv} Haesbaert utiliza a expressão aglomerado de exclusão em relação a exclusão social, a qual expressa bem a condição de desterritorialização ou territorialização precária.

^v Nome dado aos nômades urbanos que vivem e se deslocam apenas dentro da cidade

^{vi vi} Pesquisa com 222 moradores de rua, na cidade de Porto Alegre, realizada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania e Pontifícia Universidade católica do Rio Grande do Sul no período de 1992-1993.

^{vii} Nome fictício usado pela autora para determinar um usuário do abrigo na sua pesquisa.

^{viii} Nome fictício. Entrevista realizada em julho de 2005, com um morador vive nas ruas de Porto Alegre-RS.

Para citar este artículo:

da Costa, Jodival Maurício - Melara, Eliane - Dorneles, Patrícia - Heidrich, Álvaro Luiz (30-08-2007). TERRITÓRIO E QUALIDADE DE VIDA: COMPLEXIDADES SÓCIO-ESPACIAL DO MORADOR DE RUA EM PORTO ALEGRE, RS, BRASIL.

HOLOGRAMÁTICA - Facultad de Ciencias Sociales UNLZ

Año VI, Número 7, VI, pp.23-47, ISSN 1668-5024

URL del Documento : <http://www.cienciarred.com.ar/ra/doc.php?n=687>

URL de la Revista : <http://www.hologramatica.com.ar>